

31º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

22 A 26 de Outubro de 2007

Caxambu, MG

ST – 16 – ELITES E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

**As elites políticas de Minas Gerais: uma análise dos deputados federais
(1891-2011)**

Herbert Toledo Martins – PPGDS/UNIMONTES

Marise Fagundes Silveira – UNIMONTES

Montes Claros, Setembro de 2007

1. Introdução

Apresenta-se aqui um artigo sobre a elite política de Minas Gerais. Trata-se de um estudo de natureza quantitativa derivado de um projeto de pesquisa em andamento, cujo objetivo é a construção de um banco de dados das elites políticas mineiras: deputados federais, estaduais, senadores, equipes de governo e chefes de autarquias e fundações. Com o auxílio do programa SPSS analisa-se tal elite a partir do cruzamento de 09 (nove) variáveis, a saber: sexo, idade, naturalidade, região, ocupação, partido político, cargos políticos ocupados, ligações com o exterior e relações com o governo federal. O presente artigo analisa preliminarmente somente os deputados federais mineiros a partir do cruzamento de 2 (duas) variáveis, a saber: região e ocupação. Com esse procedimento obteve-se o perfil dos deputados federais mineiros e um balanço da distribuição regional do poder em Minas Gerais no período republicano. A análise inicia-se na 1ª Legislatura do período republicano (1891-1893) e finda na legislatura em curso (2007-2011). O estudo foi dividido em cinco períodos, a saber: República Velha (1891-1929), Era Vargas (1930-1945), 1ª Redemocratização (1946-1963), Período Militar (1964-1985) e 2ª Redemocratização (1986-2011). A base documental da investigação recai sobre os registros do Dicionário Biográfico de Minas Gerais, da Revista do Arquivo Público Mineiro e demais fontes e estudos feitos sobre a elite mineira.

1. O estado das artes

No campo da política, o estudo das elites é um dos mais relevantes. “Ele diz respeito ao fato de que, em qualquer sociedade, o poder se distribui de tal forma que há sempre uma minoria que comanda uma maioria que é comandada”. Assim, portanto, o termo elite refere-se à distribuição desigual do poder entre os membros de uma sociedade. Tal desigualdade suscita diversas questões relativas à composição das elites e às bases de seu domínio. Como as elites são recrutadas? Como elas se distribuem regionalmente? De onde vem sua força para comandar? Como elas permanecem? Como podem mudar ou ser substituídas? (Dulci, 2004, p. 237).

Os critérios de recrutamento e seleção das elites políticas são um indicador fundamental da qualidade da representação política, para além de constituírem um teste

crucial á democracia interna dos partidos políticos em matéria de recrutamento. Do perfil dos deputados depende a qualidade e a eficácia da função de representação política. Por outro lado, a comparação entre os diferentes padrões de recrutamento e os diversos perfis das elites políticas entre regimes políticos diferentes, permite-nos compreender como os sistemas políticos se relacionam com a sociedade envolvente e como estas relações evoluem em diferentes quadros culturais e institucionais (Pinto; Freire, 2003, p. 1).

Os estudos e pesquisas em torno dessas questões deram origem a duas teorias sobre as elites: a elitista e a teoria pluralista. A primeira teoria, inspirada nas obras de Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca sugere uma “circulação de elites”. Para Pareto as elites alternam-se num ciclo de coerção/persuasão. A uma elite cuja dominação baseie mais na coerção sucederá outra que prefira a persuasão. Haveria assim uma alternância constante entre leões e raposas. Mosca enfatiza que o predomínio social da força levaria a um governo de guerreiros, de riqueza a um governo de plutocratas, da religião a um governo de sacerdotes e assim por diante (Carvalho, 1996, p. 22).

Para Carvalho (1996), embora nem Pareto e nem Mosca consigam formular precisamente as relações entre elites e mudanças sociais, a contribuição de ambos é “mais rica” do que grande parte dos estudos da década de 1960, que se fixaram excessivamente na questão do tipo “quem governa?”, “deixando de lado a natureza do próprio governo e o sentido da ação da elite” (Idem, p. 21). Entre tais estudos registra-se o de Wrigt Mills (1956), *The Power Elite*, e de Robert A. Dahl (1961), *Who Governs?*.

Segundo Dulci (2004) elites representam interesses e, portanto, quando determinados interesses entram em declínio outros emergem sustentados por uma nova elite. O “roteiro da mudança” dependerá da atitude da elite dirigente diante da nova elite em ascensão. Caso essa elite resista à mudança poderá abrir caminho para um impasse que só se resolve com revoluções ou guerras civis, resultando muitas vezes no aniquilamento da elite tradicional. No entanto, se a atitude da elite tradicional for a de abertura à emergência de novas elites, o processo de mudança poderá ocorrer sem traumas com as elites tradicionais e emergentes fazendo uma composição em torno dos novos interesses.

A teoria elitista ou da “circulação de elites” é bastante consistente com o jogo político que se desenvolve na sociedade moderna, isto é, um jogo entre elites, entre os segmentos organizados da sociedade. Contudo, essa concepção foi criticada com o surgimento da teoria pluralista.

Para os pluralistas o processo político é uma “soma da atividade de grupos de interesses, que procuram promover seus objetivos setoriais”. Nesse caso, o sistema político é entendido como uma rede de grupos de interesses, não sendo o jogo político restrito apenas às elites. Trata-se de um jogo mais aberto e participativo em decorrência da pluralidade de interesses existentes na sociedade.

Qual das duas teorias corresponde melhor à realidade política? Para Dulci (2004, p. 239) esse tem sido o debate das últimas décadas. Em torno dessa questão inúmeras pesquisas foram “planejadas para identificar se o poder tende a se concentrar em poucas mãos ou a se distribuir entre lideranças e grupos diversos. Constitui uma modalidade típica de teste os estudos de poder local realizados em âmbito municipal. Outra vertente é representada pelos estudos de poder em escala regional e nacional, que lidam com cenários mais complexos”. Nessa perspectiva, ao propor estudar as elites políticas de Minas Gerais o presente artigo enquadra-se na categoria dos estudos de poder em escala regional.¹

Assim, para efeitos desse artigo, entende-se que a região deve ser definida como parte de um sistema de relações que ela integra. “Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que fornece seu princípio de identidade. Assim, pode-se falar tanto de uma região no sistema internacional, como de uma região dentro do estado nacional ou dentro de uma das unidades de um sistema político federativo (...) o que não se pode perder de vista, no entanto, é que a significação analítica e a utilidade explicativa do conceito de região dependem de sua referência constante a um sistema global de relações do qual foi recortada” (Silva, 1990, p. 43-49). Região também pode ser concebida como “foco de identificação, sendo definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares, na apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo e, assim, um elemento constituinte de uma identidade” (Corrêa, p. 183-194).

Nas décadas de 1960/70 e até os anos 80 várias análises quantitativas sobre a elite política de Minas Gerais foram produzidas.² Na “Revista Brasileira de Estudos Políticos” foram publicados oito artigos sobre recrutamento político no plano estadual e municipal (apud Fleischer, 1971, p. 21). Somente David Fleischer, um dos mais ativos

¹ A divisão do Estado de Minas em regiões seguirá o critério das regiões de planejamento definidas pela Fundação João Pinheiro em 1992, isto é, Região Central, da Mata, Sul de Minas, Triângulo, Alto Paranaíba, Oeste de Minas, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce.

² Registra-se que os livros “A Construção da Ordem” e “Teatro de Sombras” de José Murilo de Carvalho são respectivamente de 1980 e 1988. Trata-se de estudos qualitativos/quantitativos importantes sobre a elite e a política imperial, contendo dados e informações relevantes sobre as elites mineiras.

estudiosos do tema no período, publicou quatro artigos sucessivos na mesma revista (1971;1976;1977;1981).

Segundo Fleischer (1977), o conceito de recrutamento político foi elaborado e sistematizado por Lester Seligman na década de 1950. Com o advento da análise funcional na sociologia política nos anos 60, recrutamento político passou a designar o processo de entrada e socialização de pessoas nos sistemas políticos. Estudos de recrutamento político possibilitam três linhas gerais de investigação: 1) estudos das elites, inclusive seu perfil; 2) estudos de antecedentes sociais e padrões de carreira de líderes políticos; e 3) estudos psicológicos sobre motivações, atitudes e pré-disposições das elites. O presente artigo pretende analisar as duas primeiras categorias.

Os estudos norte americanos, de um modo geral, buscam examinar os antecedentes socio-econômicos e os padrões de avanço na carreira política de ocupantes de cargos políticos importantes. Nos Estados Unidos esses estudos visam demonstrar as origens dos dirigentes políticos, os estratos ocupacionais de onde eles vêm, o nível de educação, religião e cor (cf. Fleischer, 1971). Feitos sobre períodos históricos bastante longos, tais estudos podem ser utilizados também para avaliar as relações entre mudanças macro na sociedade, isto é, transformações nos sistemas econômico e político e a composição da elite política.

Estudos dessa natureza foram feitos na Turquia, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960 (cf. Fleischer, 1977). No Brasil, embora não exista até hoje nenhum estudo compreensivo do recrutamento da elite política nacional, existem estudos sobre os deputados estaduais da antiga Guanabara (Martinez e Arruda, 1966; Leopoldi, 1972).³ Em 1954, Orlando Carvalho numa tentativa inédita de ligar a política estadual e municipal com mudanças no sistema nacional, comparou dados para deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores e membros de diretórios locais por partido. Em 1975, Fernando Henrique Cardoso publicou um estudo sobre a evolução dos partidos políticos paulistas, comparando os antecedentes sócio-econômicos dos deputados estaduais e federais, com ligações entre o eleitorado e mudanças na estrutura de classe do estado.

O estudo mais complexo sobre as elites políticas de Minas Gerais foi feito por Fleischer (1972). Trata-se da tese de doutoramento do autor intitulada “Political Recruitment in the state of Minas Gerais, 1890-1970”, não traduzida integralmente para

³ Registra-se que em Goiás, Itami Campos e Arédio Teixeira (1998) realizaram trabalho pioneiro, mas incompleto, sobre a composição do legislativo daquele estado de 1891 a 1937.

o português. Neste trabalho o autor estudou governadores, vice-governadores, secretários de estado, deputados federais e deputados estaduais. O foco do estudo concentrou-se no processo de socialização e recrutamento inicial, bem como na mobilidade política e perspectivas de carreira. Registra-se ainda um número considerável de estudos sobre o poder local que tem tratado, embora periféricamente, da seleção e recrutamento inicial de políticos locais (ver Carvalho, 1954; Silva, 1972).

No artigo de 1977, David Fleischer analisou os antecedentes sócio-econômicos, regionais e partidários, e as carreiras políticas de 154 deputados federais nas legislaturas correspondentes ao período de 1945 a 1975; ao mesmo tempo fez comparações entre este grupo com os 241 deputados eleitos entre 1890 e 1937. Suas conclusões foram de que a região metalúrgica continuava como pólo de atração à migração política, com as regiões Sul e Mata exportando talentos políticos. Além disso, concluiu também que havia uma ausência do padrão coronelista nas carreiras políticas da geração de 1945. A mudança de regime em 1945 produziu um recrutamento entre ocupações tidas como mais modernizantes e uma distribuição ocupacional mais ampla. Com a evolução do período populista (1959-1963) registrou-se coortes com distribuições ocupacionais mais amplas, maiores níveis de instrução, e menos coronelismo.

O golpe militar de 1964 repercutiu na coorte de 1967 que registrou um alto nível de coronelismo, menor índice educacional, carreiras menos experientes, idades mais jovens e dominada pelas classes produtoras. Para o autor, uma descontinuidade nas tendências anteriores. Na coorte de 1975, quase a metade dos deputados vieram do comércio e da agricultura, e 36% eram advogados; uma distribuição ocupacional muito mais estreita. É a coorte mais jovem e menos experiente, com 90% de localismo. A análise das três últimas coortes (a sexta, a sétima e oitava) revelou não ter havido a evolução de nenhum padrão comum de recrutamento.

Em *O Fiel da Balança*, John Wirth (1982) analisa o perfil da elite política mineira entre 1889-1937 comparando a mesma com as de São Paulo e Pernambuco. Suas conclusões a respeito da elite mineira são que ela possuía as seguintes características: 1. Homogeneidade, dos 214 membros da elite menos de 3% tinha origem estrangeira, e somente 13% nasceram fora do estado, ficando atrás de Pernambuco com 15%, e São Paulo com 19%; 2. Insulamento, do grupo de seis mineiros filhos de pais estrangeiros, três eram portugueses, dois italianos e um grego, prevalecendo as fileiras de sobrenomes luso-brasileiros; 3. Racismo, as peles escuras eram raras nessa elite. “O único mulato é Fernando de Melo Viana. O único negro

mineiro a ocupar cargo importante está fora da elite política, ou seja, Dom Silvério Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana; 4. Natureza fechada, de 177 mineiros da elite, 46% eram aparentados como primos de 1º Grau, diretamente ou por casamento. De 15 governadores, apenas um não apresentava vínculos identificáveis de clã dentro do estado. Considerando o estudo de Wirth, pergunta-se: houve mudanças no perfil dessas elites? Se houve, em que direção elas mudaram? Quais são as suas novas e atuais características?

Nos anos 1980 e 1990 prevaleceram os estudos de natureza qualitativa. Otávio Dulci (1984, 1999) procurando explorar o problema da conciliação, central na autoimagem das elites mineiras, termina por situar as características peculiares de Minas que conformam a postura e o estilo político dos mineiros. Para o autor, a ideologia da mineiridade começou a ser construída ainda no período colonial, evoluindo historicamente “até alcançar uma formulação acabada no início da República”. Foge do escopo deste artigo a análise da sua evolução. Os elementos básicos dessa ideologia podem ser sintetizados nos seguintes traços: apego à tradição, valorização da ordem, o senso de naturalidade, o centrismo, o realismo, a perspicácia e a habilidade como meios de alcançar objetivos políticos a custos menores. Articuladas, essas características conferiram a Minas o papel de assegurar, no Brasil, o equilíbrio e a conciliação dos interesses entre as diversas unidades da Federação. O autor focaliza a ideologia da mineiridade com o objetivo precípua de demonstrar como a mesma contribuiu para a recuperação e o desenvolvimento econômico de Minas Gerais no período republicano.

Registra-se, portanto, que a partir dos anos 1980 abre-se uma lacuna nos estudos de natureza quantitativa sobre as elites políticas e, especialmente, as elites políticas mineiras. Nessa perspectiva, com base no banco de dados sobre os deputados federais de Minas Gerais, o presente artigo busca responder: Qual é o perfil das elites políticas mineiras no período republicano? Mudou o perfil da elite mineira tal como registrado por Wirth? O que aconteceu nas últimas décadas do século XX? Quais foram as configurações geopolíticas das elites regionais mineiras? Este artigo pretende responder estas perguntas.

2. A distribuição regional do poder em Minas Gerais: os deputados federais

Ao longo do período republicano o estado de Minas Gerais elegeu 596 deputados federais. A análise da distribuição regional desses deputados revela que em

todos os períodos e regimes políticos pelos quais passou o Brasil, a região central do estado foi hegemônica, ocupando sempre mais de 25 % das cadeiras da Câmara dos Deputados, conforme dados da tabela 1. Entre as demais regiões do estado verifica-se uma disputa pelo segundo lugar entre as regiões da Zona da Mata, Sul de Minas e Triângulo com alternâncias subsequentes conforme os períodos analisados. Assim é que nos períodos da República Velha e na Era Vargas, ocupou o segundo lugar a região do Sul de Minas, perdendo em seguida para a Zona da Mata que passou a ocupar tal

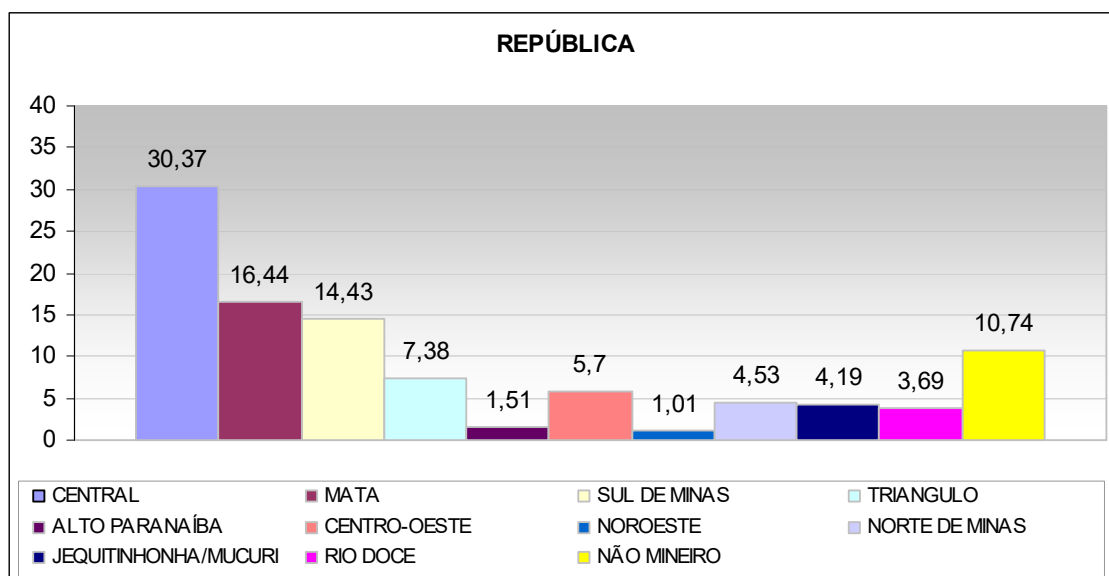
Tabela 1. Deputados Federais por região (1891-2011)

	República Velha		Era Vargas	1ª redemocratização			Período Militar	2ª redemocratização			República	
CENTRAL	64	34,59	16	30,77	33	28,95	26	25,24	42	29,58	181	30,37
MATA	27	14,59	6	11,54	26	22,81	18	17,48	21	14,79	98	16,44
SUL DE MINAS	39	21,08	10	19,23	14	12,28	12	11,65	11	7,75	86	14,43
TRIANGULO	6	3,24	2	3,85	9	7,89	16	15,53	11	7,75	44	7,38
ALTO PARANAÍBA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	1,94	7	4,93	9	1,51
CENTRO-OESTE	9	4,86	6	11,54	3	2,63	8	7,77	8	5,63	34	5,70
NOROESTE	6	3,24	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	6	1,01
NORTE DE MINAS	6	3,24	3	5,77	5	4,39	7	6,80	6	4,23	27	4,53
JEQUITINHONHA/MUCURI	6	3,24	2	3,85	9	7,89	3	2,91	5	3,52	25	4,19
RIO DOCE	2	1,08	3	5,77	2	1,75	5	4,85	10	7,04	22	3,69
NÃO MINEIRO	20	10,81	4	7,69	13	11,40	6	5,83	21	14,79	64	10,74
	185	100,00	52	100,00	114	100,00	103	100,00	142	100,00	596	100,00

Fonte: Banco de Dados Elites Políticas de Minas Gerais – PPGDS/UNIMONTES

posição a partir da 1ª Redemocratização, não perdendo mais a posição no período Militar e na 2ª Redemocratização. Embora tenha ocupado o segundo lugar nos dois períodos iniciais, a região da Zona da Mata ocupa, na média, a segunda posição no número de representantes na Câmara Federal ao longo do período republicano, conforme gráfico 1.

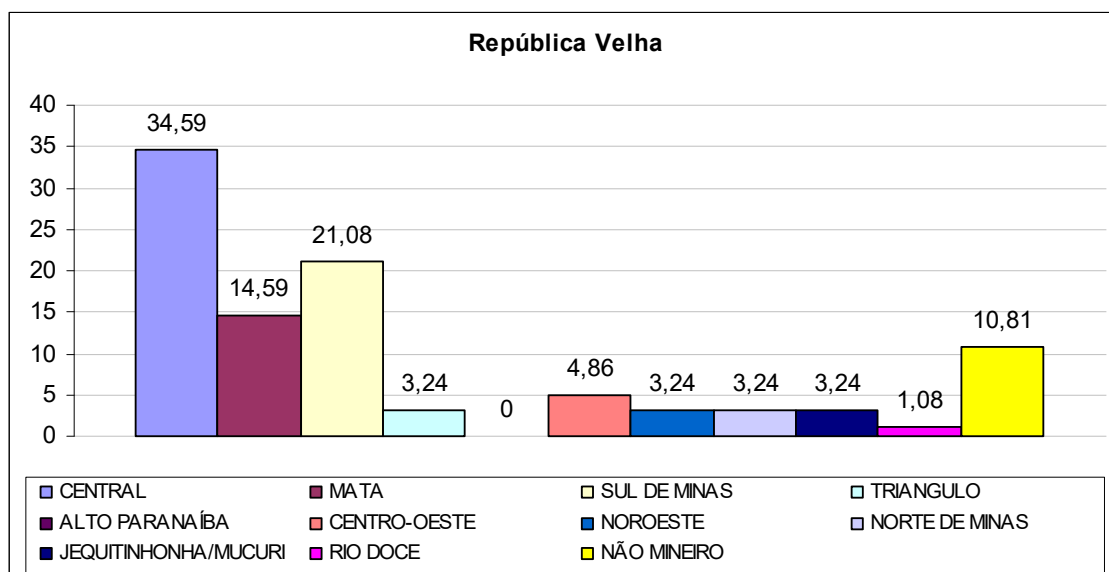
Gráfico 1. Deputados Federais de Minas Gerais por região (1891-2011)



Fonte: Banco de Dados Elites Políticas de Minas Gerais – PPGDS/UNIMONTES

A República Velha, período de hegemonia da política do café com leite e, portanto, do domínio dos fazendeiros e cafeicultores foi o momento em que a região do Sul de Minas alcançou a sua maior representação federal (21,08%), conforme gráfico 2. Em segundo lugar a Zona da Mata com 14,59% dos representantes federais. O gráfico 2 demonstra claramente uma concentração da representação nas regiões Central, Mata e Sul de Minas que, juntas, totalizam 70,26% dos deputados federais de Minas Gerais. Corroborando com a tese de que o poder político em âmbito federal atuava em benefício dos interesses da economia cafeeira (Reis, 1998, p. 194).

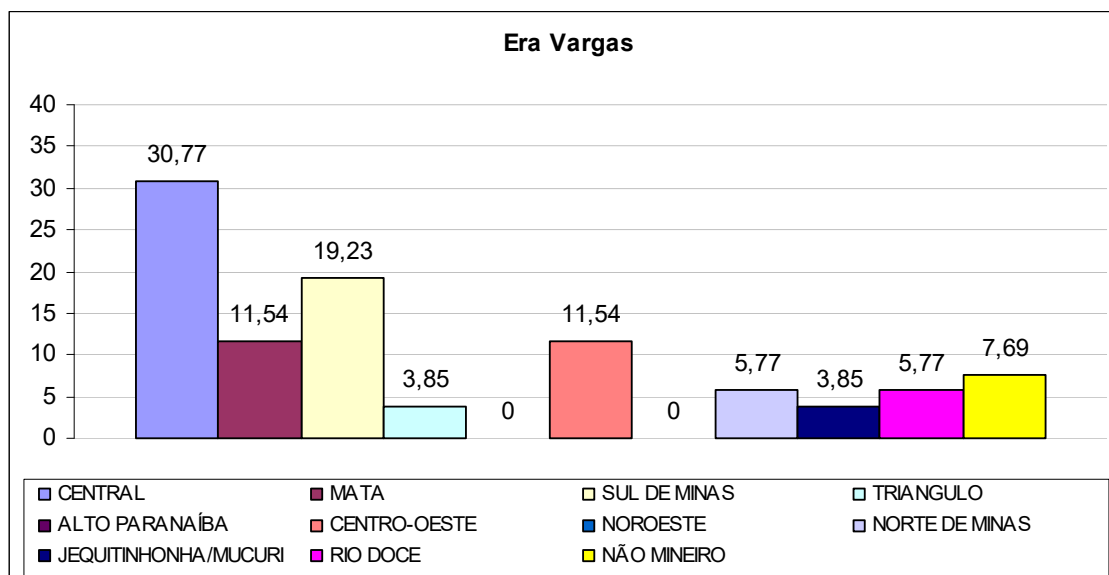
Gráfico 2. Deputados Federais de Minas Gerais por região (1891-1929)



Fonte: Banco de Dados Elites Políticas de Minas Gerais – PPGDS/UNIMONTES

Sob a Era Vargas, o quadro da representação federal em Minas Gerais altera-se, não obstante a região Central concentrar 30,77% dos representantes. No entanto, decresce a representação da Zona da Mata (11,59%) e também a do Sul de Minas (19,23%), enquanto a região do Centro Oeste aparece com 11,54% dos representantes federais, empatada em segundo lugar com a Zona da Mata, conforme demonstra o gráfico 3. Este é, sem dúvida, o período em que a região Centro Oeste teve a sua melhor performance, talvez devido ao avanço da agricultura cafeeira e da criação de gado que alcançam a região.

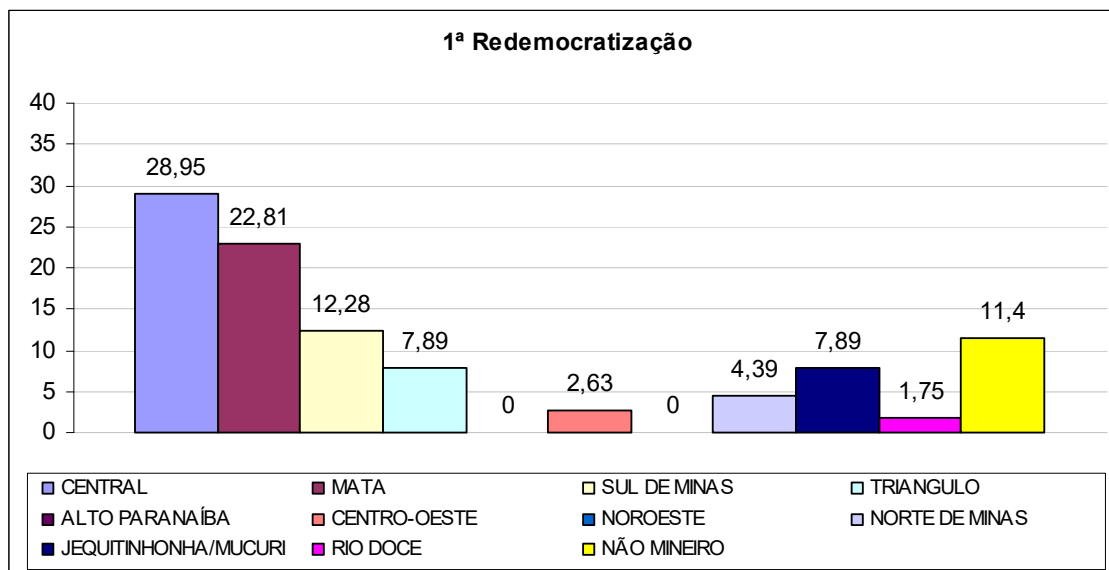
Gráfico 3. Deputados Federais de Minas Gerais por região (1930-1945)



Fonte: Banco de Dados Elites Políticas de Minas Gerais – PPGDS/UNIMONTES

No período da Primeira Redemocratização, a distribuição da representação federal em Minas Gerais manteve a concentração nas áreas dinâmicas da economia mineira, conforme demonstra o gráfico 4. No entanto, a região Noroeste e Alto Paranaíba que já haviam registrado nenhum representante no período da Era Vargas, voltam a confirmar a sua não representação. Na República Velha a região Noroeste registrou 3,24 % de representantes. Após esse período não há registro de representação federal dessa região. Salvo o caso de deputados que não nasceram na região, mas que se elegem com votos da mesma, a região não é “ouvida” no âmbito federal. Trata-se de um dado importante do banco de dados e que merece estudos posteriores.

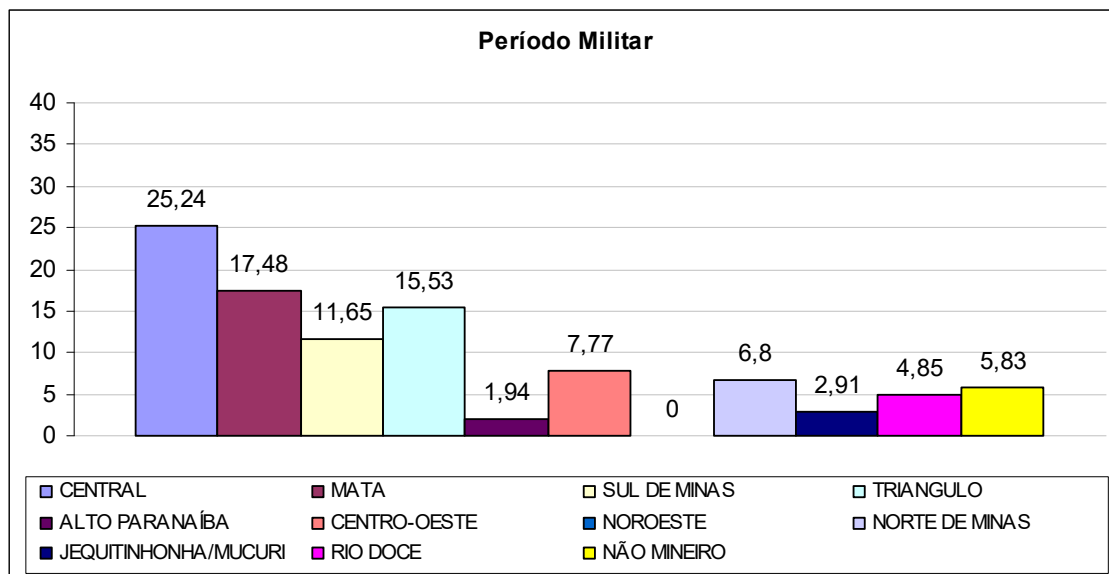
Gráfico 4. Deputados Federais de Minas Gerais por região (1946-1963)



Fonte: Banco de Dados Elites Políticas de Minas Gerais – PPGDS/UNIMONTES

O quadro da representação federal do Período Militar apresenta um crescimento da representação de regiões que até então não haviam conquistado posições de destaque no cenário da representação federal. Esse é o caso da região do Triângulo Mineiro, que no período aqui aparece em terceiro lugar com 15,53% dos deputados federais mineiros. À frente da tradicional região do Sul de Minas, que até então dominava o terceiro lugar, conforme gráfico 5. A região do Norte de Minas registra a sua melhor representação nesse período com 6,80% de representantes.

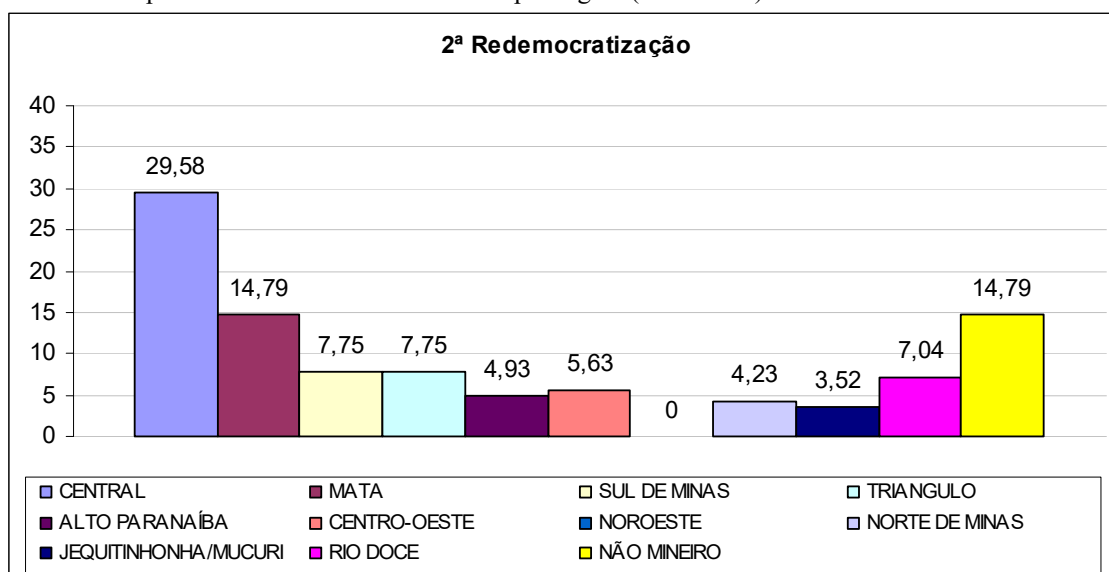
Gráfico 5. Deputados Federais de Minas Gerais por região (1964-1985)



Fonte: Banco de Dados Elites Políticas de Minas Gerais – PPGDS/UNIMONTES

No período da 2ª Redemocratização o quadro da representação federal apresenta um nivelamento entre as regiões do Sul de Minas e do Triângulo Mineiro, ambas empatadas em terceiro lugar. A Zona da Mata mantém o segundo lugar com 14,79 % e a região do Jequitinhonha/Mucuri apresenta a sua melhor representação com 7,04% dos deputados federais mineiros. No entanto, o que salta aos olhos nesse período é o percentual de representantes não mineiros (14,79%), isto é, de deputados não nascidos em Minas Gerais. A referência aqui é Wirth (1982, p. 204) quando afirma que a elite política em Minas é “conhecida por sua homogeneidade e reserva com estranhos”. Nas pesquisa do autor, dos políticos “nascidos fora do estado, Minas apresentava 13%, estava atrás de Pernambuco, com 15 %, e São Paulo que, como pólo de crescimento populacional, tinha quase 19%”. Nesse sentido, parece razoável concluir que a elite política de Minas Gerais mantém a sua característica de ser homogênea.

Gráfico 5: Deputados Federais de Minas Gerais por região (1986-2011)



Fonte: Banco de Dados Elites Políticas de Minas Gerais – PPGDS/UNIMONTES

3. O perfil dos deputados federais (1891-2011)

As sociedades democráticas modernas são fundamentalmente regimes representativos e os critérios de recrutamento e seleção das elites políticas são um indicador fundamental da qualidade da representação política, para além de constituírem um teste crucial à democracia interna dos partidos políticos e da própria sociedade (Pinto; Freire, 2003). Uma sociedade será tanto mais democrática quanto maior for a diversidade de deputados cujas ocupações forem representativas das mais diversas profissões da sociedade. O perfil dos deputados, como argumenta os autores citados, permite-nos compreender como os sistemas políticos se relacionam com a sociedade envolvente e como estas evoluem em diferentes quadros culturais e institucionais.

Os dados sobre o perfil dos deputados federais mineiros que ora apresentamos são um resumo do mosaico de profissões e ocupações registradas no banco de dados em tela. Talvez fosse melhor aqui compreender esses dados como um levantamento preliminar das profissões com maior número de registros, posto que até o momento não foram feitos os cruzamentos pertinentes entre as profissões, deputados e regiões. É comum nos estudos sobre elites políticas deparar com representantes que possuem mais de uma profissão. Não há um critério a seguir sobre qual profissão registrar. Cada autor utiliza um critério em conformidade com a hipótese que busca

investigar. José Murilo de Carvalho, por exemplo, diante de um deputado que é advogado e exerce o cargo de juiz, registra a profissão de juiz, posto que o mesmo é funcionário do Estado e, portanto, mais coerente em se tratando de um estudo sobre formação do Estado nacional brasileiro. Assim, as profissões com maior número de registros podem ser visualizadas no tabela 2.

Tabela 2. Profissões mais registradas dos Deputados Federais de Minas Gerais (1891-2011)

<i>Profissões</i>	<i>República Velha</i>	<i>Era Vargas</i>	<i>1ª Redemocratização</i>	<i>Período Militar</i>	<i>2ª Redemocratização</i>	<i>Total</i>	<i>Relação do período 1 para o período 5</i>
Advogado	87	33	51	63	30	264	-65,52
	33,0%	12,5%	19,3%	23,9%	11,4%	100,0%	-65,52
Professor	59	11	31	33	36	170	-38,98
	34,7%	6,5%	18,2%	19,4%	21,2%	100,0%	-38,98
Jornalista	42	15	13	8	13	91	-69,05
	46,2%	16,5%	14,3%	8,8%	14,3%	100,0%	-69,05
Médico	34	10	17	10	18	89	-47,06
	38,2%	11,2%	19,1%	11,2%	20,2%	100,0%	-47,06
Fazendeiro	34	5	10	25	15	89	-55,88
	38,2%	5,6%	11,2%	28,1%	16,9%	100,0%	-55,88
Empresário	12	4	9	20	35	80	191,67
	15,0%	5,0%	11,3%	25,0%	43,8%	100,0%	191,67
Juiz	40	5	4	0	0	49	-100,00
	81,6%	10,2%	8,2%	0,0%	0,0%	100,0%	-100,00
Promotor	32	6	9	1	0	48	-100,00
	66,7%	12,5%	18,8%	2,1%	0,0%	100,0%	-100,00
Engenheiro	11	2	6	12	17	48	54,55
	22,9%	4,2%	12,5%	25,0%	35,4%	100,0%	54,55
Industrial	13	2	8	5	4	32	-69,23
	40,6%	6,3%	25,0%	15,6%	12,5%	100,0%	-69,23
Banqueiro	8	7	2	6	6	29	-25,00
	27,6%	24,1%	6,9%	20,7%	20,7%	100,0%	-25,00
Escritor	9	6	9	4	0	28	-100,00
	32,1%	21,4%	32,1%	14,3%	0,0%	100,0%	-100,00

Fonte: Banco de Dados Elites Políticas de Minas Gerais – PPGDS/UNIMONTES

O exame da tabela 2, indica o declínio de profissões liberais tradicionais da política brasileira, como a dos advogados, professores, jornalistas e médicos. Observa-se que no período atual há uma presença significativa dos empresários no cenário político, ao passo que declinou a frequência dos profissionais liberais quando comparados com períodos anteriores. É notável, por exemplo, o declínio da frequência dos advogados na cena política mineira. Da República Velha, período em que

registraram 87 representantes, para a 2ª Redemocratização houve um decréscimo de 65,52%. Também a profissão dos professores cuja presença na República Velha registrava 59 membros, decaiu 38,99% em relação ao período atual vigente. Acompanha a mesma tendência os jornalistas com 69,05% de decréscimo.

Por outro lado, registra-se um aumento enorme da presença dos empresários como representantes de Minas na Câmara. Com 12 representantes durante a República Velha, a categoria registrou um crescimento de 191,67% em relação ao período da 2ª Redemocratização com 35 deputados. Ao passo que os fazendeiros recuaram 55,88% para os mesmos períodos. Acompanhando o crescimento dos empresários verifica-se o aumento da presença dos engenheiros na cena política mineira. Talvez em função de sua vinculação com o setor empresarial do ramo da construção civil e dos transportes. O fato é que a categoria registrou um aumento de 54,55% da República Velha até o período atual. Significativo também é o recuo dos industriais na cena política. Com 13 representantes na República Velha, a categoria registrou um recuo de 69,23% registrando apenas 4 representantes no período em curso.

A análise, portanto, do quadro 1 demonstra basicamente uma tendência na representação federal mineira ao longo do período republicano, a saber, um decréscimo dos representantes oriundos de profissões liberais e um aumento notável da presença de parlamentares vinculados ao ramo empresarial. Resta-nos aprofundar os estudos verificando quem são esses empresários, que partidos eles representam e quais os interesses que defendem para que possamos avaliar a democracia interna dos partidos políticos e da própria sociedade mineira.

4. Considerações finais

O presente artigo cumpre a tarefa primordial de apresentar e iniciar as análises do banco de dados das elites políticas de Minas Gerais. O leitor atento com certeza pode vislumbrar as diversas possibilidades de cruzamento entre variáveis que o banco permite. Não nos foi possível aqui analisar toda a gama de dados e informações contidas no banco. No entanto, é realista pensar que cada variável oferece “material” para uma monografia. Trata-se, portanto, de um programa de pesquisa sobre as elites políticas de Minas o que estamos realizando no PPGDS/UNIMONTES.

Contudo, mesmo com a parcimônia de presente artigo, é razoável esboçar algumas linhas de pesquisas que o banco de dados sugere e que, com certeza, irão enriquecer a literatura sobre elites. Inicialmente, propomos examinar os dados á luz do

processo histórico. O pressuposto aqui é que os dados por si só não dizem nada ou quase nada. É preciso saber o que perguntar para que o banco possa esclarecer ou mesmo suscitar questões sobre aquilo que queremos compreender e explicar. Por exemplo, os dados da segunda redemocratização do país, apontam na mesma direção das conclusões a que chegou Fleischer em 1977, isto é, a de que a mudança de um regime ditatorial para um regime democrático como o de 1946, “produziu um recrutamento entre ocupações tidas como mais modernizantes e uma distribuição ocupacional mais ampla”. Esse fenômeno, próprio de uma sociedade democrática e aberta ao mercado, é seguido pelas demais regiões do estado? A representação estadual acompanha o mesmo padrão? Isto e, o conservadorismo esta sendo erradicado com o processo de modernização?

No entanto, a expectativa maior de todo o trabalho reside no teste da hipótese de que quanto maior a representação política da região, em todos os níveis, inclusive cargos no executivo estadual e federal, maior serão os índices de desenvolvimento social da região. O pressuposto aqui é o de que há uma vinculação entre o político e o seu torrão natal, o seu município ou então o município que ele abraçou como “seu”. Esse vínculo “obriga” o político a envidar esforços no intuito de trazer recursos e melhorias para a região a qual vincula-se politicamente. O caso da região do Triângulo exemplar nesse sentido (Martins, 2003). No Período Militar a região alcançou a sua melhor representação com 15,53% dos deputados federais, elegendo 16 representantes nascidos na região. Justamente nessa época que a região conseguiu conquistar a sua ligação “asfáltica” com Belo Horizonte, a Universidade Federal de Uberlândia, e, por último, a nomeação de Rondon Pacheco – então Ministro-Chefe da Casa Civil do Presidente Costa e Silva (1967-1969) -, para governar Minas Gerais (1971-1975).

Retomando as afirmações de Wirth (1982, pg. 67) “politicamente, Minas evoluiu como um mini-sistema federal, o que permitiu que os interesses regionais fossem balanceados e compensados a partir de uma concepção razoável do todo”. Se Minas Gerais assemelha-se à federação brasileira, conclui-se pela assimetria das relações entre as regiões. O banco de dados em tela oferece a oportunidade de examinarmos a evolução dessa assimetria em todo o período republicano. Mãos à obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. O Legislativo em Goiás. Goiânia: Assembléia Legislativa de Goiás, 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Partidos e Deputados em São Paulo: O voto e a representação política”. In: CARDOSO, Fernando Henrique e LAMOUNIER, Bolívar (Eds.). Os Partidos e as Eleições no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2ª Ed. ver. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- _____. “Estudos do poder local no Brasil”. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 25/26 (1969).
- CARVALHO, Orlando M. “Ensaio de Sociologia Eleitoral”. Belo Horizonte: Edições RBEP, 1954.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- DAHL, Roberto A. Uma crítica do modelo da elite dirigente. In: Sociologia Política II, Org. e Introdução de Maria Stella de Amorim. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- DULCI, Otavio Soares. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. “As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia”. In: Ciências Sociais Hoje. ANPOCS, 1984.
- _____. “As elites políticas”. In: Avelar, Lucia; Cintra, Antônio Octávio (Orgs.) Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Fundação Unesp Ed. , 2004.
- FLEISCHER, Davi V. “O Recrutamento Político em Minas Gerais – 1890/1918”. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1971.
- _____. “Concentração e Dispersão Eleitoral: Um estudo da Distribuição Geográfica do Voto em Minas Gerais (1966-1974)”. In: Revista Brasileira de estudos Políticos. Nº 43, julho de 1976.
- _____. “A bancada Federal Mineira: Trinta anos de Recrutamento Político, 1945/1975”. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos. Nº 45, julho de 1977.

- _____. “Condições de Sobrevivência da Bancada Federal Mineira em Eleições Distritais: Análise de distribuição geográfica do voto de 1966 a 1978”. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 53, julho de 1981.
- JANOWITZ, Morris. “Social Stratification and the Comparative Analysis of Elites”, *Social Forces*, XXXV (Outubro, 1956), 82.
- LEOPOLDI, Maria A . “Considerações empíricas sobre a função da representação política”. In: *Revista de Ciência Política*, 6: 4 (1972).
- MARTINEZ, Nilda A . e ARRUDA, José M. “Composição Sociológica da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara”. In: *Revista de Direito Público e Ciência Política*. 9: 3 (1966).
- MARTINS, Herbert Toledo. *A Fragmentação do Territorial Nacional: a criação de novos estados no Brasil (1823-1988)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/IFCS, 2003 (Tese de Doutorado).
- MENDONÇA, José. *História de Uberaba*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.
- PINTO, Antônio Costa; FREIRE, André. *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta Editora, 2003.
- PONTES, Hildebrando de Araújo. *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*. Uberaba: Ed. Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.
- REGIÕES DE PLANEJAMENTO. *Sistema Estadual de Planejamento*. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Econômicos. Belo Horizonte, Outubro de 1992.
- REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- SILVA, Celson José da. *Marchas e Contramarchas do Mandonismo Local: Caeté – Um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política, UFMG, 1972.
- SILVA, Vera Alice Cardoso. “Regionalismo: o Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica”. In: AMADO, Janaína; SILVA, Marcos A . da. (Coords.). *República em Migalhas: História regional e local*. São Paulo: Marco Zero; MCT/CNPq, 1990. p.43-49